

ALERTA LEGAL

Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro

No dia 20 de outubro de 2014 foi publicada em Diário da República, I Série, o Decreto-Lei n.º 153/2014 que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, destinada ao autoconsumo na instalação de utilização associada à respetiva unidade produtora, com ou sem ligação à rede elétrica pública, baseada em tecnologias de produção renováveis ou não renováveis. O diploma estabelece ainda o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público, por intermédio de instalações de pequena potência, a partir de recursos renováveis.

No dia 20 de outubro de 2014 foi publicado em Diário da República, I Série, o Decreto-Lei n.º 153/2014.

O diploma estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, destinada ao autoconsumo na instalação de utilização associada à respetiva unidade produtora, com ou sem ligação à rede elétrica pública, baseada em tecnologias de produção renováveis ou não renováveis (designados por Unidades de Produção para Autoconsumo – UPAC). O diploma estabelece ainda o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), por intermédio de instalações de pequena potência, a partir de recursos renováveis (designados por Unidades de Pequena Produção – UPP) – ambas as unidades, conjuntamente, Unidades de Produção (UP).

O diploma aplica-se: (i) à produção de eletricidade para autoconsumo, sem prejuízo da injeção do excedente na RESP; (ii) à produção de eletricidade através de unidade de pequena produção a partir de energias renováveis, baseada em uma única tecnologia de produção e cuja potência de ligação à rede seja igual ou inferior a 250 kW, destinada à venda total de energia à rede.

O diploma não é aplicável à produção de eletricidade a partir de unidades móveis ou itinerantes, às unidades de reserva ou socorro associadas a centros eletroprodutores regidos por outros regimes jurídicos, nem à produção em cogeração.

A. Produção para autoconsumo e pequena produção

O diploma começa por determinar que a instalação de uma UP está sujeita a registo prévio, ficando a entrada em exploração dependente da obtenção de certificado de exploração. No entanto, caso a potência da UPAC seja igual ou inferior a 200 W a mesma está dispensada de controlo prévio. No caso de UPACs com potência instalada superior a 200 W e igual ou inferior a 1,5 kW ou cuja instalação não se

A presente informação não pretende ser exaustiva nem substituir os textos legais originais enunciados, pelo que os seus destinatários deverão sempre procurar confirmar os respectivos dados, nem poderá ser entendida como substituindo o aconselhamento jurídico em função das circunstâncias de cada caso concreto.



encontre ligada à RESP, o início da respetiva atividade fica sujeita a mera comunicação (o procedimento e os elementos desta comunicação serão aprovados por Portaria do Governo). Já no caso de UPACs com potência instalada superior a 1 MW, as mesmas ficarão sujeitas a licença de produção e licença de exploração. Adicionalmente, o titular de UPAC que pretenda fornecer energia elétrica não consumida à RESP, e cuja potência instalada seja igual ou inferior a 1,5 kW, encontra-se sujeito a registo prévio e à obtenção de certificado de exploração. No caso de instalações elétricas sem ligação à RESP, associadas a uma unidade de produção que utiliza fontes renováveis e pretenda transacionar garantias de origem, o titular está sujeito a registo prévio e certificado de exploração, bem como às restantes normas aplicáveis a produtores.

	Registo prévio	Certificado de exploração	Licença de produção	Licença de exploração	Isenção de controlo prévio	Mera comunicação
UP	X	X				
UPAC PI <200 W					X	
UPAC PI >200 W e < 1,5 kW ou UPAC sem ligação à RESP						X
UPAC PI >1 MW			X	X		
UPAC PI = <1,5 kW e ligação à RESP	X	X				
Instalação sem ligação à RESP, que utiliza fontes de energia renovável e pretende transacionar garantias de origem	X	X				

B. Requisitos para o acesso ao registo

O diploma determina vários requisitos para que uma entidade (pessoa singular ou coletiva) possa proceder ao registo de uma UP:

- Dispor de uma instalação de utilização de energia elétrica e, em caso de ligação à RESP, disponha de contrato de fornecimento celebrado com comercializador (no caso de UPP, o registo

A presente informação não pretende ser exaustiva nem substituir os textos legais originais enunciados, pelo que os seus destinatários deverão sempre procurar confirmar os respectivos dados, nem poderá ser entendida como substituindo o aconselhamento jurídico em função das circunstâncias de cada caso concreto.



pode ser acedido por uma entidade terceira autorizada pelo titular do contrato de fornecimento, devendo a autorização ser expressa em contrato escrito);

- Potência de ligação da UP igual ou inferior a 100% da potência contratada no contrato de fornecimento de energia com comercializador;
- No caso de UPAC, a potência instalada não pode ser superior a duas vezes a potência de ligação;
- No caso de UPP, a energia consumida na instalação é igual ou superior a 50% da energia produzida pela unidade (seja energia efetivamente consumida ou previsão de consumo, consoante se trate de instalações em funcionamento há mais ou há menos de 1 ano, respetivamente).

Nos casos em que a instalação elétrica esteja ligada à RESP, o promotor deve assegurar a existência de condições adequadas à receção de excedentes de eletricidade, procedendo a medições de tensão do local e salvaguardando os limites e condições técnicas impostos pelo Regulamento de Qualidade do Serviço e Regulamento Técnico e de Qualidade.

C. Requisitos para obtenção de registo e de certificado de exploração

No caso de unidades de produção com PI superior a 1,5 kW, bem como no caso de UPAC com PI = <1,5 kW e com ligação à RESP e no caso de instalação sem ligação à RESP que utilize fontes de energia renovável e que pretenda transacionar garantias de origem o procedimento de registo inicia-se com a sua formulação no SERUP. O registo da UP torna-se definitivo com a emissão do certificado de exploração que é emitido ao titular após a instalação da UP e verificação da sua conformidade. O procedimento de obtenção do registo e das licenças de produção e exploração será aprovado por Portaria do membro do Governo responsável pela área da energia.

Já o certificado de exploração é emitido ao titular após a instalação da UP e após os procedimentos de inspeção ou reinspeção. Quando estes procedimentos não ocorram nos prazos estabelecidos por facto imputável ao SERUP, é emitido certificado provisório de exploração que se pode converter em definitivo se a inspeção não ocorrer nos 15 dias subsequentes ao termo do prazo legalmente estabelecido para a inspeção.

D. Direitos e deveres dos produtores

A presente informação não pretende ser exaustiva nem substituir os textos legais originais enunciados, pelo que os seus destinatários deverão sempre procurar confirmar os respectivos dados, nem poderá ser entendida como substituindo o aconselhamento jurídico em função das circunstâncias de cada caso concreto.

Os produtores em autoconsumo beneficiam dos seguintes direitos: (i) estabelecer uma UPAC por cada instalação elétrica de utilização (recorrendo a qualquer mix); (ii) ligar a UPAC à instalação após a emissão do certificado de exploração; (iii) consumir a eletricidade gerada e exportar os excedentes; (iv) celebrar contrato de compra e venda da eletricidade proveniente da UPAC; (v) solicitar a emissão de Garantias de Origem relativas à eletricidade produzida na UPAC e autoconsumida, proveniente de fontes renováveis.

Os produtores em pequena produção têm o direito de (i) ligar a UPP à RESP após emissão do certificado de exploração; (ii) celebrar contrato de venda da totalidade da eletricidade proveniente da UPP recorrendo a apenas uma tecnologia de produção (esta ligação pode ser efetuada em BT, exceto quando seja invocado impedimento técnico que limite tal ligação; neste caso a ligação é realizada no mesmo nível de tensão da eletricidade adquirida).

O produtor tem os seguintes deveres: (i) suportar o custo das alterações da ligação à RESP; (ii) nos casos de UPAC com PI > 1,5 kW ou UPAC com PI = <1,5 kW e com ligação à RESP, suportar o custo dos contadores que medem a eletricidade produzida na UPAC e o total de eletricidade injetada na RESP; (iii) pagar a compensação devida pelo UPAC; (iv) entregar à RESP a totalidade da energia ativa produzida na UPP, líquida do consumo dos serviços auxiliares; (v) dimensionar a UPAC por forma a aproximar eletricidade produzida com energia consumida; (vi) prestar à DGEG todas as informações solicitadas; (vii) permitir o acesso à UP do pessoal técnico, do CUR e do operador de rede; (viii) celebrar contacto de seguro de responsabilidade civil com capital mínimo a definir por Portaria do Governo; (ix) assegurar a certificação dos equipamentos de produção; (x) cessando atividade, adotar os procedimentos para a desativação e remoção da UP.

E. Inspeções e reinspeções

A realização de inspeções ocorre, para as instalações de categoria BB (nível de tensão BTE e BTN), 8 meses após a data de aceitação do registo; para as demais instalações 12 meses após a data de aceitação do registo. Estes prazos são alargados para 18 e 24 meses, respetivamente, caso o produtor esteja submetido ao regime da contratação pública, ou caso esta se localize nas regiões autónomas.

Sempre que sejam detetados defeitos ou inconformidades o produtor tem um prazo de 30 dias ou 60 dias para proceder às correções necessárias, consoante se trate de UPs de categoria BB ou demais casos, respetivamente. A não realização de reinspeção por motivo imputável ao produtor implica o cancelamento do registo.

O diploma determina diversos aspetos que se encontram sujeitos a averbamento de alterações no registo. Fora destes casos, e quando ocorram alterações das características da UP, considera-se que

ocorrer uma alteração substancial das características da mesma, o que implica a obtenção de novo registo aplicável à totalidade das instalações.

F. Certificação de equipamentos

O diploma determina a obrigatoriedade de comprovar junto do SERUP que os equipamentos da UP estão certificados, bem como a indicar a natureza da respetiva certificação. Esta certificação é concedida por um organismo de certificação acreditado de acordo com a legislação europeia, devendo os equipamentos satisfazer os requisitos das normas europeias para cada tipo de equipamento. Caso não existam normas europeias sobre o equipamento, deverão ser satisfeitos os requisitos das normas ISO/IEC. Por sua vez, quando estes não existam deverão seguir-se as normas do IPQ, I.P.

G. Vicissitudes – produção em autoconsumo

No caso de UPACs com $PI > 1,5$ kW e cuja instalação esteja ligada à RESP, assim como nos casos de UPAC com $PI = < 1,5$ kW e ligação à RESP e de instalação sem ligação à RESP, que utiliza fontes de energia renovável e pretende transacionar garantias de origem, é obrigatória a contagem do total de eletricidade produzida (através de telecontagem).

Não é aplicável aos produtores em autoconsumo a obrigação de fornecimento de energia reativa.

No caso de energia proveniente de UPAC com origem em fonte renovável, cuja capacidade instalada não seja superior a 1 MW e cuja instalação de utilização se encontre ligada à RESP, o produtor pode celebrar com o CUR contrato de venda de eletricidade não consumida. Este contrato deve prever as seguintes condições contratuais: (i) prazo máximo de 10 anos, renováveis por períodos de 5 anos, salvo oposição comunicada com 60 dias de antecedência (adicionalmente o CUR pode opor-se à renovação ou prorrogação quando, por razões de sustentabilidade do SEN ou política energética, a DGEG assim o determine); (ii) remuneração do CUR determinada nos termos do diploma; (iii) pagamento pelo produtor da compensação prevista no diploma e (iv) periodicidade da faturação.

A faturação deste contrato é processada pelo CUR em regime de autoliquidação de IVA, não sendo no entanto exigível acordo escrito do produtor o que determina uma derrogação à regra geral do Código do IVA.

Relativamente à remuneração das unidades de autoconsumo, a mesma é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$R_{UPAC, m} = E_{fornecida, m} \times OMIE_m \times 0,9$$

A presente informação não pretende ser exaustiva nem substituir os textos legais originais enunciados, pelo que os seus destinatários deverão sempre procurar confirmar os respectivos dados, nem poderá ser entendida como substituindo o aconselhamento jurídico em função das circunstâncias de cada caso concreto.

Em que “R” equivale à remuneração da eletricidade injetada na RESP; “E” equivale à energia fornecida em kWh; e “OMIE” a média aritmética simples do preço de fecho do OMIE para Portugal (mercado diário) em €/kWh; e “m” o mês da eletricidade fornecida à RESP.

As UPAC com PI > 1,5 kW com instalação ligada à RESP estão sujeitos ao pagamento de uma compensação mensal fixa, nos primeiros 10 anos após a obtenção do certificado de exploração. A fórmula de cálculo desta compensação é determinada no artigo 25.º do diploma. A faturação desta compensação é apurada pelo Operador da Rede de Distribuição (ORD) e incluída na faturação do contrato com o CUR, ou na ausência deste contrato na fatura do comercializador da instalação. Nos casos em que o produtor tenha celebrado contrato de financiamento para a aquisição da UPAC, aquele pode optar pela amortização do financiamento diretamente pelo CUR, por conta da receita com a venda de eletricidade no âmbito do contrato.

O diploma impõe a revisão do Regulamento de Relações Comerciais até ao dia 18 de janeiro de 2015, por forma a adaptar o mesmo às regras de faturação e às regras tarifárias decorrentes do Decreto-Lei.

H. Vicissitudes – unidades de pequena produção

Começa por se determinar que a potência de ligação atribuída a uma UPP não pode ser superior à quota anual de 20 MW. A quota de potência de ligação a alocar, a programação da alocação da quota e a determinação de saldos de potência não atribuídos, é determinada por despacho do Diretor-Geral da DGEG.

O diploma vem prever um regime remuneratório destas unidades de pequena produção. Para este efeito o diploma cria igualmente 3 tipos de categorias de registo, devendo os equipamentos ali referidos, encontrarem-se já instalados à data da inspeção.

- Categoria I – instalação de uma UPP;
- Categoria II – para além da instalação de uma UPP, pretende instalar no local de consumo associado àquela, tomada elétrica para carregamento de veículos elétricos, ou seja proprietário ou locatário de veículo elétrico;
- Categoria III – para além da instalação de uma UPP, pretende instalar coletores solares térmicos com um mínimo de 2 m² de área útil de coletor ou de caldeira a biomassa com produção anual térmica equivalente.



O regime remuneratório é feito com base em modelo de licitação no qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência, correspondendo aquela ao valor mais alto que resulte das maiores ofertas de desconto à tarifa de referência (tal como estabelecido mediante portaria do Governo até 15 de dezembro de cada ano). Esta tarifa vigora por um período de 15 anos contados desde a data de início de fornecimento à RESP, não é cumulável com outro tipo de incentivos à produção em regime especial e varia consoante o tipo de energia primária utilizada através da aplicação de percentagens à tarifa de referência. Os produtores ficam igualmente impedidos de aceder a qualquer outro regime remuneratório.

Findos os prazos de vigência da tarifa instituída pelo diploma, a energia passa a ser remunerada nos termos do regime do artigo 33.º-G do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto (regime geral ou regime de remuneração garantida).

Emitido o certificado de exploração o produtor e o CUR são notificados para conclusão de contrato de compra e venda de eletricidade, devendo este contrato observar o modelo aprovado pela DGEG.

I. Fiscalização e regime sancionatório

As UP com PI > 1,5 kW são sujeitas a inspeções periódicas, de 10 em 10 anos quando a potência seja inferior a 1 MW, e de 6 em 6 anos nos restantes casos.

O regime das contraordenações imposto pelo diploma faz variar o montante das coimas entre € 100,00 e € 3.740,00 (no caso de pessoas singulares) e entre € 250,00 e € 44.800,00 (no caso de pessoas coletivas). A negligência e a tentativa são ambas puníveis, sendo as coimas reduzidas para metade e especialmente atenuadas, respetivamente. São ainda previstas diversas sanções acessórias que podem ir até ao encerramento da UP.

J. Disposições transitórias

As instalações para autoconsumo que se encontrem em exploração ao abrigo do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas (RLIE) ou ao abrigo da Portaria n.º 237/2013, de 24 de julho, passam a reger-se pelo Decreto-Lei n.º 153/2014.

No prazo de 3 meses a contar da data de entrada em vigor do presente diploma (até 18.04.2015) para efetuar o seguinte: (i) instalar os equipamentos de contagem previstos no diploma; (ii) celebrar o contrato de compra e venda de eletricidade, nos casos em que a instalação se encontra ligada à RESP; (iii) iniciar o pagamento da compensação; (iv) contratar o seguro de responsabilidade civil.

As instalações que se encontrem dotadas de licença de estabelecimento ou de comunicação prévia aceite (nos termos do RLIE ou do Decreto-Lei n.º 172/2006), passam também a reger-se pelo diploma agora aprovado.

O diploma determina ainda uma norma transitória relativa à recuperação dos custos de interesse económico geral (CIEG) da UPAC para o ano de 2014.

Quanto aos regimes de microprodução e miniprodução, os respetivos regimes remuneratórios mantêm-se em vigor, no caso de regime remuneratório bonificado, até ao termo do respetivo prazo legal, findo o qual a energia passa a ser remunerada nos termos do regime do artigo 33.º-G do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto (regime geral ou regime de remuneração garantida); no caso de regime remuneratório geral, até 15 anos desde a data do certificado de exploração, findo o qual a energia passa a ser remunerada nos termos do regime do artigo 33.º-G, al. a) do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto (regime geral).

No caso de microprodução ou miniprodução enquadrados em regime de mercado mantêm-se este enquadramento, ficando a reger-se pela Portaria n.º 236/2013 a partir de 1 de março de 2015. Alternativamente poderão optar pelo enquadramento no regime jurídico da produção para autoconsumo.

O diploma é aplicável às Regiões Autónomas nos termos do artigo 66.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 29/2006 (não se aplicam as disposições relativas ao mercado organizado, à separação jurídica das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização).

O diploma revoga o Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro e o Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março.

O Decreto-Lei entra em vigor em 18.01.2015.